

# Proêmio

Como ensina o Filósofo no segundo livro da Física, a arte imita a natureza. E a razão disso é que, assim como os princípios se relacionam entre si, assim também, proporcionalmente, se relacionam as operações e os efeitos. Ora, o princípio daquilo que se faz segundo a arte é o intelecto humano, que, segundo certa semelhança, deriva do intelecto divino, o qual é o princípio das coisas naturais. Por isso é necessário que também as operações da arte imitem as operações da natureza, e que aquilo que existe segundo a arte imite aquilo que existe na natureza. Pois, se algum mestre de alguma arte realizasse uma obra de arte, seria preciso que o discípulo, que dele recebesse a arte, atentasse para a obra dele, a fim de que também ele operasse à semelhança dela. E por isso o intelecto humano, ao qual deriva do intelecto divino a luz inteligível, tem necessariamente de ser informado, naquilo que faz, pela inspeção daquilo que é feito naturalmente, para que opere de modo semelhante.

E daí vem o que diz o Filósofo: que, se a arte fizesse aquilo que é da natureza, operaria de modo semelhante ao que também a natureza opera; e, inversamente, se a natureza fizesse aquilo que é da arte, o faria de modo semelhante ao que também a arte faz. Mas a natureza, na verdade, não realiza aquilo que é da arte, mas apenas prepara alguns princípios e, de certo modo, oferece aos artífices um modelo de operar. A arte, por sua vez, pode certamente inspecionar aquilo que é da natureza e usá-lo para realizar sua própria obra; mas realizá-lo, não pode. Disso fica claro que a razão humana, quanto àquilo que existe segundo a natureza, é apenas cognoscitiva; mas, quanto àquilo que existe segundo a arte, é tanto cognoscitiva quanto factiva. Por isso é preciso que as ciências humanas que versam sobre as coisas naturais sejam especulativas, ao passo que as que versam sobre as coisas feitas pelo homem sejam práticas, ou operativas segundo a imitação da natureza.

Ora, a natureza procede em sua operação do simples ao composto, de modo que, naquilo que se faz pela operação da natureza, o que é sumamente composto é o perfeito, o todo e o fim dos demais, como se manifesta em todos os todos com respeito a suas partes. Por isso, também a razão operativa do homem procede do simples ao composto, como do imperfeito ao perfeito.

Ora, como a razão humana tem de dispor não somente daquilo que vem ao uso do homem, mas também dos próprios homens que são regidos pela razão, em ambos os casos procede do simples ao composto. Nas outras coisas que vêm ao uso do homem, como quando constitui de madeiras um navio, e de madeiras e pedras uma casa. E nos próprios homens, como quando ordena muitos homens em uma certa comunidade. E, como dessas comunidades há diversos graus e ordens, a última é a comunidade da cidade, ordenada à autossuficiência da vida humana. Por isso, entre todas as comunidades humanas, ela mesma é a mais perfeita. E, porque aquilo que vem ao uso do homem se ordena ao homem como a seu fim, o qual é mais principal do que aquilo que é para o fim, por isso é necessário que este todo que é a cidade seja mais principal do que todos os todos que podem ser conhecidos e constituídos pela razão humana.

Portanto, daquilo que foi dito acerca da doutrina política que Aristóteles transmite neste livro, podemos apreender quatro coisas.

Em primeiro lugar, a necessidade desta ciência. Pois, de tudo aquilo que pode ser conhecido pela razão, é necessário que se transmita alguma doutrina, para a perfeição da sabedoria humana que se chama filosofia. Como, portanto, este todo que é a cidade está sujeito a algum juízo da razão, foi necessário, para o complemento da filosofia, transmitir sobre a cidade uma doutrina que se denomina política, isto é, ciência civil.

Em segundo lugar, podemos apreender o gênero desta ciência. Pois, como as ciências práticas se distinguem das especulativas nisto: que as especulativas se ordenam somente à ciência da verdade, ao passo que as práticas à obra, é necessário que esta ciência esteja contida sob a filosofia prática, pois a cidade é um certo todo do qual a razão humana não é apenas cognoscitiva, mas também operativa. E, novamente, como certa razão opera por modo de fabricação, passando a operação à matéria exterior, o que propriamente pertence às artes que se chamam mecânicas, tais como a de ferreiro, a de construir navios e semelhantes; e certa outra opera por modo de ação, permanecendo a operação naquele que opera, como é o deliberar, o escolher, o querer e coisas deste gênero, que pertencem à ciência moral: é manifesto que a ciência política, que considera a ordenação dos homens, não está contida sob as ciências factivas, que são as artes mecânicas, mas sob as ativas, que são as ciências morais.

Em terceiro lugar, podemos apreender a dignidade e a ordem da política em relação a todas as outras ciências práticas. Pois a cidade é o mais principal daquilo que pode ser constituído pela razão humana. Com efeito, a ela se referem todas as comunidades humanas. E, novamente, todos os todos que se constituem pelas artes mecânicas, a partir das coisas que vêm ao uso dos homens, se ordenam aos homens como a seu fim. Se, portanto, é mais principal a ciência que versa sobre o mais nobre e mais perfeito, é necessário que a política, entre todas as ciências práticas, seja a mais principal e a arquetônica de todas as outras, enquanto considera o último e perfeito bem nas coisas humanas. E por isso o Filósofo diz no fim do décimo livro da *Ética* que na política se aperfeiçoa a filosofia que versa sobre as coisas humanas.

Em quarto lugar, do que foi dito podemos apreender o modo e a ordem desta ciência. Pois, assim como as ciências especulativas, que consideram algum todo, aperfeiçoam o conhecimento do todo a partir da consideração das partes e dos princípios, manifestando as paixões e as operações do todo, assim também esta ciência, considerando os princípios e as partes da cidade, transmite o conhecimento acerca dela, manifestando suas partes, paixões e operações; e, porque é prática, manifesta além disso de que modo cada uma delas pode ser aperfeiçoada, o que é necessário em toda ciência prática.